



BIBLIOTECA LAS CASAS – Fundación Index  
<http://www.index-f.com/lascasas/lascasas.php>

### Cómo citar este documento

Ferreira, Rafael Rodrigues; Silveira, Andressa da; Pessano, Mariana Abreu; Ribeiro, Izabelle Oliveira; Galarça, Rafaela Copelo. Autonomia das pessoas com deficiência/necessidades especiais de saúde a partir da construção de uma cartilha. Biblioteca Lascasas, 2015; 11(2). Disponible en <http://www.index-f.com/lascasas/documentos/lc0835.php>

## AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA

**Rafael Rodrigues Ferreira:** Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana/RS.

**Andressa da Silveira:** Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (PPGENf UFSM). Professora Assistente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Enfermagem da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (GEPEenf FORS). Membro do Grupo de Pesquisa Cuidado à saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade (PEFAS). Uruguaiana/RS.

**Mariana Abreu Pessano:** Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana/RS.

**Izabelle Oliveira Ribeiro:** Enfermeira Graduada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana/RS.

**Rafaela Copelo Galarça:** Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana/RS.

## AUTONOMÍA DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD/NECESIDADES ESPECIALES DE SALUD PARA UNA CONSTRUCCIÓN DE FOLLETO

### Resumen

**Objetivo:** Presentar la experiencia de la construcción de una imprimación de acciones para ayudar en la búsqueda de la autonomía de las personas con discapacidades o necesidades especiales de salud. **Metodología:** Se trata de un relato de experiencia llevada a cabo en una asociación de personas con discapacidad en un municipio de la frontera occidental del estado de Río Grande do Sul. **Resultados:** Desde la construcción del folleto, se pudo conocer las instalaciones y las dificultades que se presentan a personas con discapacidad o necesidades especiales de salud. Era evidente la falta de información sobre sus derechos, y este aspecto el factor principal impedimento para la autonomía. **Consideraciones:** A partir de la construcción y el uso del folleto se cree que es posible promover la construcción del conocimiento, con miras a la inclusión y la accesibilidad, al ver la integridad asegurar la promoción y protección de la salud.

**Palabras clave:** Personas con Discapacidad. Actividades Cotidianas. Discapacidades. Políticas Públicas.

## AUTONOMY OF PERSONS WITH DISABILITIES/SPECIAL NEEDS OF HEALTH FOR A CONSTRUCTION FROM BOOKLET

### Abstract

**Objective:** To present the experience of building a primer of actions to help in the search for the autonomy of people with disabilities or special health care needs. **Methodology:** This is an experience report conducted in an association of persons with disabilities in a municipality in the western border of the state of Rio Grande do Sul. **Results:** From the construction of the booklet, it was possible to know the facilities and difficulties presented to people with disabilities or special health care needs. It was evident the lack of information regarding their rights, and this aspect the main impediment factor for autonomy. **Considerations:** From the construction and use of the booklet is believed to be possible to promote the construction of knowledge, with a

view to inclusion and accessibility, seeing the completeness assuring the promotion and protection of health.

Keywords: Disabled Persons. Activities of Daily Living. Disabilities. Public Policies.

## INTRODUÇÃO

A deficiência faz parte da condição humana, logo, as pessoas com deficiência têm direito a igualdade de condições. O Brasil vem avançando na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, por meio das políticas públicas que buscam valorizar estas pessoas como cidadãos, respeitando seus direitos e características.<sup>1</sup>

Entende-se como deficiência uma perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividades, dentro dos padrões considerados normais para o ser humano.<sup>2</sup>

A constituição brasileira garante os direitos fundamentais para os cidadãos brasileiros, incluindo as pessoas com deficiências, ademais é de competência das três esferas de governo, cuidar da saúde e promover assistência pública, proteção e garantia das pessoas com deficiências.<sup>3</sup>

Em 1999, por meio do Decreto nº 3.298, instituiu-se a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Porém, somente em 2002 estas questões ganharam destaque no Brasil, neste ano que fora criada a Portaria nº 1.060, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência com o objetivo de reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano de modo a contribuir para a sua inclusão plena em todas as esferas da vida social.<sup>4</sup>

Entre os objetivos da política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência destacam-se: a integração das ações dos órgãos e das entidades públicas e privadas nas áreas da saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, esporte e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social e a garantia de efetividade dos programas de prevenção de atendimento especializado e de inclusão social.<sup>5</sup>

Ademais, as pessoas com deficiência deparam-se com inúmeros empecilhos em seu cotidiano relacionados as suas limitações físicas, sensoriais ou mentais. Tais limitações estão atrelados a problemas de acessibilidade, devido às barreiras encontradas no ambiente que geram dificuldades, impossibilitando estas pessoas de exercerem atividades comuns às outras pessoas.<sup>6</sup>

A prática de educação em saúde é um processo que possibilita a construção de conhecimentos em saúde, e que contribui para a autonomia das pessoas. Assim, a educação em saúde ocorre por meio de ações em diferentes organizações e instituições, dentro e fora do espaço convencional que tem como finalidade estimular a autonomia e emancipação de indivíduos, para que estes sejam capazes de tomar decisões, opinar e discutir sobre a saúde e o cuidado de si no âmbito da coletividade.<sup>7</sup>

O uso de cartilhas educativas como recurso na educação em saúde tem assumido um papel importante, pois servem como guia de orientações em casos de dúvidas.<sup>8</sup> Uma cartilha deve disponibilizar informações voltadas à busca contínua da ampliação da acessibilidade e da inclusão, bem como os serviços disponíveis às pessoas com deficiência e suas famílias.<sup>9</sup>

Diante das demandas de saúde e sociais apresentadas pelas pessoas com deficiência ou necessidades especiais de saúde, discentes dos cursos de graduação em enfermagem e fisioterapia elaboraram uma cartilha que pudesse servir como fomento para facilitar o processo de promoção da saúde e inclusão na sociedade, para que pessoas com deficiência/necessidades especiais de saúde pudessem construir sua autonomia respalda em aspectos legais.

Frente ao exposto, este artigo objetiva relatar a experiência na construção de uma cartilha de ações para ajudar na busca pela autonomia das pessoas com deficiência ou necessidades especiais de saúde.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem e fisioterapia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), realizado em uma associação de pessoas com deficiência em um município da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, advindo da construção de uma Cartilha de Ações para que ocorra a efetivação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, os quais vêm se tornando um desafio permanente.

A associação cenário deste relato de experiência tem como filosofia institucional desenvolver atividades sociais oferecendo palestras e oficinas com a finalidade de integrar o deficiente à sociedade e tendo como um dos principais objetivos o resgate e a inclusão social da pessoa com necessidades especiais de saúde.

O local foi fundado em 1991 e conta com aproximadamente 80 usuários associados. Possui um espaço físico cedido pela prefeitura do município, com sala de recepção e uma copa integrada, uma sala de reuniões e um banheiro.

Quanto aos recursos humanos, a associação é composta por uma presidente, uma vice-presidente e um tesoureiro, com carga horária de 20 horas semanais. Ressalta-se ainda, que esta associação é o único local que recebe pessoas com algum tipo de deficiência no município e que seu estatuto está em construção, com a finalidade de respaldar legalmente direitos inerentes aos associados.

A cartilha dos direitos da pessoa com deficiência foi elaborada em 2014. Para sua construção realizou-se a busca por materiais que respaldam legalmente os direitos das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais de saúde. Posteriormente, foram realizadas quatro reuniões com os associados e seus familiares, a fim de estipular as principais demandas dessa população.

Após a apresentação das principais dificuldades dos associados, foram elencados os itens emergenciais, de amplo interesse. A principal dificuldade expressada pelos associados foi a escassez de informações sobre seus direitos e a falta de autonomia.

Assim, foram destacados os seguintes itens para a construção da cartilha: Benefícios e Aposentadoria; Transporte; Isenção de Impostos e Taxas; Trabalho e Emprego; Educação; Saúde; Cultura e Lazer.

A partir disso, realizou-se novamente uma busca nos estudos científicos e documentos oficiais inerentes a estas temáticas, a fim de confeccionar a cartilha com embasamento teórico científico atual.

A cartilha possui duas páginas, sendo a primeira destinada à identificação do material com o título, bem como os discentes envolvidos em sua construção. Já na segunda página foram elencados os temas supracitados com informações relevantes àquele item.

Após a confecção da cartilha, foi feita a impressão e a apresentação à presidência da associação, onde obteve-se a aprovação. Posteriormente, deu-se início ao processo de distribuição do material durante o III Seminário de Inclusão das Pessoas com Deficiência, realizado pela associação no mês de agosto de 2014.

Os integrantes que confeccionaram a cartilha foram voluntários no processo de organização do seminário, possibilitando diálogos com a comunidade. Nesse dia, todos os associados estiveram presentes e o material intitulado “Cartilha dos direitos da pessoa com deficiência” foi distribuído.

A partir da distribuição da cartilha, pode-se sanar dúvidas e questionamentos dos associados e seus familiares e constatou-se a aceitação do material como fonte promissora para a educação e construção da autonomia. Salienta-se ainda, que a cartilha deve ser considerada como recurso complementar disponível às pessoas com deficiência, auxiliando assim, na tomada de decisões de acordo com as preferências e os valores, essencial para a autonomia destas pessoas.

## DISCUSSÃO

A falta de informação sobre os serviços públicos é uma das barreiras que contribuem para que as pessoas com deficiência utilizem estes serviços, sendo um dever da união que elas sejam claras, objetivas e informativas para incentivar a busca dos serviços públicos.<sup>10</sup>

A utilização de materiais educativos impressos da área da saúde é prática comum no Sistema Único de Saúde (SUS), tais como manuais de cuidado em saúde, folhetos e cartilhas, que são capazes de promover resultados expressivos para os participantes das atividades educativas. A contribuição desses materiais para a promoção da saúde depende dos princípios e das formas de comunicação envolvidos nos processos de elaboração.<sup>11</sup>

A interação e a troca de conhecimentos, considerando o estilo de vida das pessoas, são aspectos essenciais para o processo de elaboração da cartilha.<sup>11</sup> Dessa forma a participação dos associados e seus familiares, foi essencial para o processo de elaboração do material, onde foi possível identificar e estipular os principais fatores que impossibilitam a construção da autonomia e suas principais demandas.

A conformidade entre os interesses e as necessidades dos leitores de cartilhas é outro elemento fundamental no processo de construção desse tipo de recurso educativo. A qualidade da cartilha, bem como a adequação da linguagem e das ilustrações são aspectos considerados relevantes. Um material educativo de alta qualidade requer informações confiáveis e o uso de vocabulário claro, para permitir entendimento fácil de seu conteúdo.<sup>11</sup>

Dentre as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência, salienta-se a adequação urbanística, a implementação de estacionamento privativo, rampas de acesso, banheiros adequados, entre outros. Assim, a acessibilidade é uma das questões mais relevantes às pessoas com deficiência ou necessidades especiais de saúde.

A acessibilidade dos ambientes contribui para o empoderamento das pessoas com deficiência, nas suas atividades cotidianas. Assim, constituindo uma ferramenta essencial de intervenção da reabilitação, na diminuição da dependência, na promoção da participação ativa das pessoas com deficiência na sociedade e no aumento da sua autoestima e qualidade de vida.<sup>12</sup>



Dessa forma, a cartilha é uma estratégia para a autonomia, no intuito de promover o empoderamento e proporcionar informações sobre seus direitos e a participação social das pessoas com deficiência<sup>13</sup>.

No Brasil, o direito à acessibilidade de pessoas com deficiência se fundamenta nos direitos humanos e de cidadania, é direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade de oportunidades sociais, acesso a trabalho, educação e lazer.<sup>6</sup>

Frente a essas assertivas, acredita-se na construção de saberes coletivos, respaldados pela integralidade, promoção e proteção das pessoas com deficiência ou necessidades especiais de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A temática apresentada neste relato de experiência é bastante incipiente nas publicações na área da saúde, entretanto, os direitos das pessoas com deficiência ou necessidades especiais deveria ser evidenciado já que é um direito constitucional.

A elaboração da cartilha permitiu conhecer os benefícios e dificuldades das pessoas com deficiência ou necessidades especiais de saúde, proporcionou a construção do conhecimento e foi de grande valia para a formação profissional dos discentes, consolidando uma parceria entre a associação e a universidade.

Espera-se, que a partir da construção e utilização da cartilha seja possível promover a construção do conhecimento, com vistas a inclusão e acessibilidade, vislumbrando à integralidade garantindo-lhes a promoção e proteção da saúde.

## REFERÊNCIAS

1 Brasil. Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência: uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília, 2012a.

2 Teixeira AM, Guimarães L. Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva. *Rev Mal-estar e Subjetividade*. 2006; 5(1): 182-200.

3 Brasil. Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência. Brasília, 2012b.

4 Girondi JBR, Santos SMA. O cuidado de si no contexto da pessoa com deficiência. *Rev Enferm UFSM*. 2011; 1(3):481-488.

5 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008a. 16p. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

6 Wagner LC, Lindemayer CK, Pacheco A, Silva LDA. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. *Rev Ciência em Movimento*. 2010; 23: 55-87.

7 Falkenberg MB, Mendes TPL, Moraes EP, Souza EM. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência e saúde coletiva*. 2014; 19(3): 847-852.

8 Freitas AAS, Cabral IE. O cuidado à pessoa traqueostomizada: análise de um folheto educativo. Esc. Anna Nery. 2008; 12(1).

9 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008b. 72 p. – (Série E. Legislação em Saúde).

10 Gallego MED, Navarrete MLV. Awareness of the healthcare system and rights to healthcare in the Colombian population. Gaceta Sanitaria. 2013; 27(5): 398-405.

11 Reberte LM, Hoga LAK, Gomes ALZ. O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. Rev Latino Americana de Enfermagem, 2012; 20(1): 101-108.

12 Faria F. A medicina física e reabilitação no século XXI: desafio e oportunidades. Rev Acta Fisiátrica.2010; 17(1): 44-48.

13 Grippo MLVS, Fracolli LA. Avaliação de uma cartilha de promoção ao cuidado da criança a partir da percepção da família sobre temas de saúde e cidadania. Rev da Escola de Enfermagem da USP. 2008; 42(3): 430-436.